

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.580 - SP (2019/0351072-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : ALUÍZIO FERREIRA DE ALMEIDA
SUSCITANTE : MARIA INES MEDEIROS DE ALMEIDA
ADVOGADO : CRISTHIANE MONTEZ LONGHI - SP298127
SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : JUÍZO DA 47ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341
ADVOGADA : LIVIA DE MOURA FARIA CAETANO - DF027070
INTERES. : TELEFONICA BRASIL S.A.
ADVOGADOS : FRANCISCO GOMES JUNIOR - SP102163
ALÍPIO ALVES TORRES JUNIOR - RJ081308
MICHELLE DE OLIVEIRA MORKOSKI E OUTRO(S) - SP178637
INTERES. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM
TELECOMUNICAÇÕES
ADVOGADOS : LUCIANO RANZANI TROGIANI - SP203756
GLAUCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA - SP325067

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência com pedido de liminar, em que são suscitantes ALUÍZIO FERREIRA DE ALMEIDA e MARIA INES MEDEIROS DE ALMEIDA e suscitados, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e o JUÍZO DA 47ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP.

Os suscitantes ajuizaram ação em desfavor de ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM TELECOMUNICAÇÕES (ABET) e FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL E TELEFÔNICA S.A., postulando a manutenção de ex-empregado no plano de saúde instituído pela empregadora.

Sustentam ter ajuizado a demanda na Justiça comum de São Paulo, a qual foi julgada procedente em primeira instância pelo JUÍZO DA 30ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Interposta apelação, o TJSP recusou sua competência, aduzindo ser atribuição da Justiça do Trabalho apreciar a causa (e-STJ fls. 90/91).

Discorrem sobre a competência da Justiça comum, conforme a mais recente jurisprudência do STJ.

Postulam, em caráter liminar, a suspensão do processo trabalhista e, no mérito, pedem o reconhecimento da competência exclusiva da Justiça estadual.

É o relatório.

Decido.

Encontram-se presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni*

iuris, o que autoriza a concessão da liminar.

O perigo na demora decorre do risco de os autores, idosos, ficarem sem assistência médica por causa da indecisão sobre a competência para julgar a lide.

O *fumus boni iuris*, por sua vez, também se configura, uma vez que a pretensão encontra amparo na jurisprudência do STJ.

A orientação desta Corte Superior considerava, em casos de ação demandando a manutenção de ex-empregado em plano de saúde, haver estreita vinculação entre o convênio e o contrato de trabalho, pois era gerido pela própria empregadora, como benefício previsto em acordo coletivo.

Nesse sentido, determinava a competência da Justiça laboral. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO. TRABALHADOR APOSENTADO. INSCRIÇÃO EM PLANO DE SAÚDE. QUESTÃO DISCIPLINADA EM ACORDO COLETIVO DA CATEGORIA. VINCULAÇÃO AO EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA.

I. Direito deferido aos empregados aposentados mediante acordo coletivo de trabalho, que previa inscrição em plano de saúde do qual foi excluído o autor, tem relação com o extinto contrato de trabalho, cabendo ser a indenização por descumprimento ser discutida perante a Justiça do Trabalho.

II. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo suscitado.

(CC n. 96.902/SP, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 16/2/2009, DJe 13/3/2009.)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÕES CONEXAS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. TRABALHADOR APOSENTADO. MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE. QUESTÃO INTIMAMENTE VINCULADA AO EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA.

I. Sendo conexas as ações em que se discute sobre a manutenção de plano de saúde posto à disposição de trabalhador aposentado, porque, no caso em tela, que é peculiar, estreitamente relacionada ao extinto contrato de trabalho, a competência para dirimir o litígio pertence à Justiça do Trabalho.

II. Agravo regimental improvido.

(AgRg no CC n. 38.650/SP, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2003, DJ 30/8/2004, p. 197.)

Ocorre que, recentemente, a Segunda Seção do STJ consolidou orientação em sentido diverso, ao afirmar que, inexistindo disputa quanto ao contrato de trabalho e havendo litígio apenas em relação à permanência de ex-empregado em plano de saúde coletivo, a causa é de natureza preponderantemente civil, e não trabalhista. Nesse contexto, passou a reconhecer a competência da Justiça comum. Confira-se:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TRABALHO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO APOSENTADO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO DE ENTIDADE DE AUTOGESTÃO VINCULADA AO EMPREGADOR. NATUREZA PREDOMINANTEMENTE CIVIL DO LITÍGIO. 1. Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Trabalhista. Conclusão ao gabinete em 10/04/2018.

2. O propósito do presente conflito consiste em definir a competência para julgar controvérsias estabelecidas entre ex-empregados (nas hipóteses de aposentadoria,

rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa) e operadoras de plano de saúde na modalidade autogestão vinculadas ao empregador, acerca do direito de manter a condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho.

3. Se a demanda é movida com base em conflitos próprios da relação empregatícia ou do pagamento de verbas dela decorrentes, então a competência para seu julgamento será da Justiça do Trabalho, de acordo com o art. 114, IX da CF/88.

4. Plano de saúde coletivo disponibilizado pelo empregador ao empregado não é considerado salário, conforme disposto no art. 458, §2º, IV da Consolidação das Leis Trabalhistas, em redação dada pela Lei 10.243/01.

5. A operadora de plano de saúde de autogestão, vinculada à instituição empregadora, é disciplinada no âmbito do sistema de saúde suplementar, conforme disposto em Resolução Normativa nº 137/06 da ANS.

6. O fundamento jurídico para avaliar a procedência ou improcedência do pedido está estritamente vinculado à interpretação da Lei dos Planos de Saúde, sobretudo dos arts. 30 e 31.

7. Essas razões permitem concluir pela inexistência de discussão sobre o contrato de trabalho ou de direitos trabalhistas, mas um litígio acerca da manutenção ou não do ex-empregado em plano de saúde coletivo, cuja natureza é preponderantemente civil e não trabalhista.

8. Declarada a competência da Justiça comum Estadual para julgamento da demanda.

(CC 157.664/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/5/2018, DJe 25/5/2018.)

Diante do exposto, DEFIRO A LIMINAR pleiteada, para determinar a suspensão do processo trabalhista n. 1001387-46.2019.5.02.0047, designando o JUÍZO DA 30ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO para decidir, em caráter provisório, as questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados com urgência, comunicando o teor da liminar e requisitando informações.

Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República, para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator